

DA CASA À NAÇÃO: PASSADO, MEMÓRIA, IDENTIDADE

José Manuel Sobral

Este artigo analisa de modo sintético processos de construção da identidade, que implicam determinados usos do passado e da memória, em dois âmbitos distintos: o da *casa*, entidade definida pela relação entre família e património, e o da *nação*. Depois de constatar a existência de analogias na construção identitária destes dois colectivos, avança a hipótese, alicerçada na história dos estados-nações da Europa Ocidental, de o modelo da *casa* ter sido uma das fontes que permitiu imaginar a *nação*.

Preâmbulo

Quinhentos anos depois da primeira travessia do Índico pelos portugueses, a Exposição Mundial que se desenrolou em Lisboa foi levada a cabo sob a evocação dessa gesta marítima, rememorada na invocação do seu comandante, Vasco da Gama.

Este projecto avançou retoricamente vinculado a um passado tido como glorioso, exactamente quando esse passado está definitivamente segregado do presente e só como memória virá a figurar no futuro. Cem anos antes também se haviam celebrado as mesmas Descobertas, o capitão da Índia fora invocado e os Jerónimos transformados em centro simbólico da colectividade nacional. Panteão dos monarcas da expansão ultramarina, acolhera, no contexto nacionalista de Oitocentos, os restos mortais do Gama, de Camões e de Herculano.

Mil novecentos e noventa e oito não repete o sucedido há um século atrás. As conjunturas são bem diversas. Então, ainda existia presença portuguesa no Índico, mas reduzida ao seu valor simbólico. Tratava-se na época de construir um império moderno em África, não deixando que outras potências europeias liquidassem os velhos empórios portugueses. Falava-se então a linguagem imperial e colonial nua e crua – os portugueses eram os representantes da civilização ocidental, do cristianismo, da ciência – e a da raça. Cem anos depois, tudo mudou. Última das potências coloniais africanas, Portugal despediu-se do seu império há um quarto de século e integrou-se progressivamente num espaço económico, social, político e cultural em que o estado português é um entidade secundária. As suas elites,

ao contrário das suas equivalentes de Oitocentos, não se assumem como nacionalistas. Aos edifícios carregados de simbolismo imperial e que eram valorizados enquanto testemunhos de uma identidade irredutivelmente portuguesa – os Jerónimos, a Torre de Belém – sucederam, no recinto da Expo 98, os associados a uma nova narrativa: a da modernidade e capacidade dos portugueses para realizarem o *mesmo* que os outros, demonstrando assim a capacidade para se integrarem no seu seio. Contudo, apesar de todas as diferenças e só com uma minoria, sem influência política, a autoproclamar-se nacionalista, ainda se convocam os mesmos tópicos e referentes históricos, prova da sua persistência e importância como caracterizações de uma identidade portuguesa.

Nada há de especificamente português neste tipo de procedimentos. Pelo contrário. Se em Portugal se insistiu tanto na figura do Gama, em Espanha, por exemplo, conferiu-se o mesmo relevo a Cristóvão Colombo. Todos estes heróis são uma forma de popularizar as narrativas da identidade nacional, porque permitem condensar numa figura a representação de um passado imperial. O século XIX assistiu ao desenvolvimento dessas narrativas, pois é um momento de ascendência decisiva do *nacionalismo*, “movimento ideológico que procura alcançar e manter a autonomia, unidade e identidade para uma população que alguns dos seus elementos pensam constituir uma ‘nação’ actual ou potencial” (Smith 1991: 73). Um desenvolvimento articulado, pois havia não só importação de modelos, como a ascensão nacionalista no seio de uma determinada população levava outras, que se sentiam ameaçadas, a recorrer a uma panóplia similar de meios – narrativas históricas, recolhas folclóricas, comemorações... – que lhes permitissem afirmar a sua diferença no contexto das várias sociedades (estou aqui sobretudo a referir-me a um processo que teve lugar na Europa, embora não radicalmente diferente do que veio a realizar-se noutros locais). Por tudo isso, é um processo que apresenta afinidades profundas nas diversas sociedades em que ocorreu, não obstante a sua situação poder ser distinta em termos económicos, sociais, políticos e culturais. Porém, em todas elas se procurava a *nacionalização das massas*, isto é, a sua integração numa comunidade política em que a sua participação no campo político – devido ao alargamento do sufrágio – se faria em nome da pertença a um colectivo sociocultural eminente e em que os projectos políticos eram representados como aspirações a que as nações teriam direitos legítimos¹. Os actores – instituições do estado e seus agentes, escritores, homens dos jornais, músicos, artistas... – são os mesmos. Os tópicos também. Em todos eles, o projecto de construção nacional apresenta-se como uma objectivação do

¹ A expressão *nacionalização das massas* foi cunhada por Georg Moss, para designar os processos de inculcação nacionalista na Alemanha dos séculos XIX e XX (cf. Moss 1975).

passado, por precisamente a antiguidade ser a garantia do carácter genuíno das suas aspirações presentes.

Este recurso ao passado para a elaboração de algo que podemos definir como uma memória para uma colectividade como é a da nação passou pela difusão de narrativas, por rituais comemorativos, pela selecção de artefactos – documentos, edifícios, locais... – que constituíssem uma presença viva do passado no presente. Estes procedimentos oferecem analogias com os que têm lugar no seio das famílias – de determinadas famílias.

Este ensaio propõe-se explicitar essas analogias e acaba com a formulação de uma hipótese: a da possível influência na produção das identidades das nações de processos de produção identitária relativos a determinados tipos de família. Irá recorrer a materiais bem distintos, retirados de contextos diversos, mas que correspondem a campos de investigação do autor: manifestações de carácter nacionalista, com destaque para o caso português, por um lado; famílias da elite rural portuguesa, por outro.

Abordaremos os processos de construção da identidade como algo indissociável da elaboração de memórias: a identidade depende de um certo sentido de permanência do *semelhante* assente na recordação, enquanto esta depende da identidade assumida (Gillis 1994: 3). Nos processos de construção da memória a que aludiremos, irão mencionar-se, conquanto sumariamente, procedimentos de ordem diversa, como a produção narrativa, as práticas comemorativas e a selecção de artefactos que operam como mementos. São procedimentos que têm sido examinados no estudo da memória social e cujo estudo é ainda hoje devedor das obras pioneiras do sociólogo Maurice Halbwachs. Este legou-nos nomeadamente o conceito de memória colectiva, ligado à refutação da existência de uma memória estritamente individual – a própria linguagem e noções que estruturam as lembranças definem-lhe um carácter social –, a concepção da memória como elaboração produzida no presente e não simples reminiscência do passado, bem como a ideia de que as recordações variam em função da classe social – ou seja, da posição social e da ocupação de quem recorda (Halbwachs 1968, 1994). As investigações sobre o modo como a repetição ritualizada e evocativa de acontecimentos do passado funciona como memória (Connerton 1989) são ainda mais recentes. O mesmo se passa no que diz respeito ao exame do papel dos artefactos – que envolvem uma vasta gama de objectos, das fotografias de família aos *monumentos nacionais* – na memória (Radley 1992), ou do do território (Schama 1995), embora as relações entre espaço e memória já estivessem contempladas no trabalho pioneiro de Halbwachs (Halbwachs 1968). Por isso, neste exame em que nos propomos tratar do modo como se reorganiza e reinventa o passado como memória e identidade em ambos os colectivos, aludiremos, de modo necessariamente sucinto, ao papel de narrativas, comemorações, espaços e artefactos nessa reelaboração.

Memória e identidade – famílias

Há alguns anos estudei uma freguesia do Centro de Portugal (Sobral 1993). Com pouco mais de milhar e meio de habitantes, situada numa região vinícola, é marcada por um fortíssimo contraste social. Há, por um lado, uma estreita camada de grandes proprietários (entre perto de 40 e mais de 150 hectares), e por outro, cerca de 50% da população que não é proprietária, sendo constituída por trabalhadores pluriactivos, que arrendam terras para subsistir, são jornaleiros agrícolas ou assalariados das obras públicas e construção civil. Entre estes dois grupos sociais situam-se pequenos e médios proprietários, cuja situação não será referida, por tal não ser necessário ao argumento.

Este é um tecido social antigo, embora em mudança, devido ao impacto das transformações económicas que levaram à desvalorização da actividade agrícola, à mudança política e sobretudo às modificações introduzidas pela emigração. Em poucas palavras, passou-se de um tempo em que os senhores da terra tudo comandavam localmente a um outro em que eles, embora mantendo em alguns casos um papel de relevo, deixaram de ser indiscutivelmente as figuras centrais a nível económico e em outras instâncias de poder social associadas ao mesmo. Os traços dessa estruturação social estão inscritos no espaço local. As grandes propriedades rodeadas por muros, os solares ou casarões imponentes, dominando os largos e as vias de comunicação principais, impõem-se ao olhar e ocupam o centro. O mesmo não sucede com as pequenas parcelas, de certo modo “expulsas” para a periferia do território produtivo, que ocupam zonas menos aptas a culturas mais rentáveis do ponto de vista comercial, como a vinha. As habitações mais humildes encontram-se, por seu lado, em ruelas junto ao centro, enquanto as modernas vivendas de emigrantes se agregam nas periferias das povoações. A paisagem local – campos, ruas e casas – espelha a história deste espaço e é uma parte constitutiva da sua memória.

Os primeiros senhores deste local, uma família da grande nobreza, delimitaram uma quinta (mais de 70 hectares) no século XVI, construíram um vasto paço e fundaram a Misericórdia – uma igreja ampla com anexos – no século XVII. Essa sua inscrição no espaço teve um papel crucial por diversas razões. Construções dispendiosas e arquitectonicamente elaboradas, o paço e a igreja chegaram até hoje. O paço mudou de proprietário, uma das suas alas desapareceu, mas as duas que restam, na sua amplitude, e o vasto e alto muro que o antecede, falam de um poder senhorial sem paralelo em toda a região. A quinta também foi vendida, mas permanece praticamente intacta, pois foi sempre transferida na sua totalidade. Na configuração do território da freguesia nos nossos dias persiste uma presença senhorial bem marcada na terra e na pedra, e é a única no con-

celho que exhibe uma tal concentração da propriedade fundiária e de residências aristocráticas.

As outras famílias de grandes proprietários locais vieram a inscrever-se no espaço em moldes parecidos com os desta. Aliás, duas delas puderam apropriar-se, no último quartel do século passado, por compra aos sucessores dos antigos senhores, de elementos fulcrais da sua propriedade, os referidos paço e quinta. A importância destes não é só económica – a quinta é a maior da região, o paço tinha um quintal anexo – mas possui valor simbólico, pois transmitem, pela amplitude, singularidade e antiguidade, uma mensagem clara de preeminência social.

As residências dos grandes proprietários, bem como as quintas ou quintais murados confinantes, constituem o sinal da sua presença e são um cenário de poder. Como também são cenários da representação da história familiar os túmulos das famílias proprietárias no cemitério. Estão na sua alameda central: num caso são dois mausoléus imponentes de granito, cobertos com os brasões, noutro, uma série de sepulturas rasas em granito, todas iguais, nos restantes, jazigos.

As famílias locais de grandes proprietários não constituem um meio homogéneo, contando para a sua diferenciação interna elementos inerentes à sua história e à sua maior ou menor antiguidade nesta posição. Há aristocratas e não aristocratas no seu seio e esta qualidade, bem como a sua maior ou menor antiguidade na ocupação de um lugar cimeiro são factores importantes de diferenciação social. Porém, o uso de elementos definidores de uma posição social, como os que indicámos, encontra-se em todas elas. Tem-lhes sido comum igualmente a intenção de se reproduzirem nessa posição através de um número variado de procedimentos – ou estratégias. Localmente são sobretudo eles quem detém *casas* – uma designação que se refere à relação entre família e propriedade. Mantiveram *casas* ao longo do tempo – no sector de raiz aristocrática há mais de dois séculos –, através de vários procedimentos. Em certos casos houve transferência das mesmas a um único sucessor, em outros, em que teve lugar a partilha sucessória, transferiu-se o núcleo – a residência da família e os terrenos circundantes – a um só, e houve mesmo a possibilidade em determinados momentos de se criarem *casas* para os vários filhos. Estas e outras práticas revelam a intenção de perpetuar uma condição social através da instituição da *casa*, o que é claramente explicitado na documentação relativa a sucessões (Sobral 1993).

As *casas* (residências) funcionam como mementos da memória. Essas famílias possuem igualmente narrativas próprias da história familiar. Basta mencionar, a título de exemplo, o caso de um membro de uma *casa* de grandes proprietários. O seu actual representante vive só numa residência onde se acumulam objectos procedentes da história familiar. Móveis, pinturas – algumas retratos de família –, loiças, pratos, uma biblioteca for-

mada no século XIX, uma preciosa colecção de armas, constituem os elementos destacados do recheio. Muitos destes objectos constituem por si mesmos dispositivos mnemónicos, ponto de partida da recordação. Assim, o retrato de avós serve para se referir a sua vida e acção, um retrato de menina da primeira metade do século XIX, para assinalar a visita de um chefe de governo republicano nessa época (o retrato seria de uma bisavó do mesmo). A biblioteca evoca o avô que a formou. A visita aos quartos desencadeia a lembrança dos que os habitaram, enquanto as mobílias e a colecção de armas nos remetem para o pai, que adquiriu estes bens. Além disso, há móveis com gavetas repletas de documentos relativos à família – desde a simples correspondência a diversas escrituras relativas ao destino da propriedade ao longo de várias gerações.

Encontramos aqui um certo número de objectos que recordam a família, embora a existência de muitos não se deva a tal intenção. As escrituras referem-se à titularidade de direitos por parte da família e a isso deveram a sua conservação. As mobílias ou as loiças foram utilizadas no quotidiano ou em ocasiões cerimoniais, da biblioteca alguns livros serviram como instrumento de informação ou lazer. A intencionalidade de preservar uma memória revela-se de modo explícito nos retratos, que nos remetem para pessoas falecidas no mínimo há mais de 75 anos, pessoas que, distinguidas pela sua actuação no campo económico ou na política, exaltam a identidade familiar. Detecta-se igualmente numa árvore genealógica elaborada pelo pai do actual proprietário, que permite identificar ascendentes até ao século XVIII e discernir as diversas ramificações desse tronco, onde se incluem outras famílias de “notáveis” da região, e ainda num livro de memórias publicado por um primo, muito embora este último não seja animado pelo propósito explícito de exaltar a família. Fala da biblioteca do avô por ler, das estratégias matrimoniais (o casamento dos avós é apresentado como o matrimónio da fidalguia com o dinheiro), de manobras para concentrar fortuna (um tio padre que procura contrariar o casamento de uma parenta, para evitar a dispersão da herança). Mesmo nestes termos, estas memórias servem como Memória familiar, guiando os membros actuais a tempos que não viveram e a pessoas que não contactaram, singularizando a família – precisamente porque poucas dispõem de um documento deste teor. Chamo *narrativa familiar* exactamente a este conjunto diverso de meios de construção da memória que permitem falar da família, evocando-a como um colectivo em que se unem os vivos e os mortos. Finalmente, detecta-se intencionalidade na perpetuação de uma presença familiar, na tentativa de manter intacta a *casa* – o conjunto formado pela residência e pela propriedade – que levou o actual administrador (detém dois terços da *casa*) a afastar os sobrinhos da herança deste conjunto, cuja fragmentação ele receava (o mesmo havia sucedido com *casas*

de outros familiares). Com a sua dispersão, perder-se-ia a própria recordação da família no local.

Com algumas diferenças, encontram-se atitudes similares nas outras famílias. O mesmo investimento feito nas residências e propriedades, nos túmulos, numa narrativa das origens familiares (nuns casos, ressaltando a nobreza, noutro, as origens humildes do *self made man* de onde procede a fortuna familiar). Algumas vêem mesmo a sua posição mencionada em publicações destinadas a consagrar precisamente o grupo social, definindo os direitos que cada família tem de aí figurar – os livros respeitantes à nobreza incluem referências a três das famílias locais de grandes proprietários.

O universo dos grandes proprietários contrasta, também neste âmbito, com o mundo dos mais humildes, jornaleiros e pequenos proprietários rurais, onde nada disto ocorre. Os primeiros não têm frequentemente casa ou terra, os segundos têm-nas em termos escassos. Não há uma continuidade familiar na sua transmissão, sempre sujeita a uma partilha que implicou a divisibilidade física, pelo menos das terras. O recheio das casas era escasso e pobre: alguma cama, mesa ou cadeira, roupas. Não há identificação entre um património e uma família. Não há retratos – a situação está a mudar rapidamente em todos estes casos, devido sobretudo aos efeitos da emigração – que recordem avós mortos e que permitam a identificação fisio-nómica entre os membros da família actuais e os passados. Não havia, e ainda hoje são raros, os escritos, pois a população mais velha era maioritariamente iletrada ou pouco familiarizada com o escrito (e os documentos relativos à propriedade são evidentemente raros). Meios e lugares da memória são escassos, a inscrição destas famílias no espaço perde-se no anonimato (para o observador externo). As suas terras, dispersas em blocos, por vezes algo distantes, sem barreiras físicas a delimitá-las, também não servem para singularizar um possuidor. Os seus túmulos são anónimos ou, nos casos mais afortunados, campas de mármore – do indivíduo ou do casal e não de uma linha familiar.

Não há também nestas famílias qualquer tipo de narrativa familiar. Ao contrário das mais poderosas, que encontram apoio em suportes escritos, estão restringidas à oralidade. Desconhecem por vezes os nomes próprios e os apelidos de avós – o seu conhecimento não vai habitualmente além destes –, lembrando-se sobretudo das ocupações. Mas fundamentalmente não possuem o sentido de que fazem parte de um colectivo que vale a pena recordar, devido aos “feitos” dos percursos, de que possuem uma *história* familiar. Não desenvolvem práticas de objectivação de uma memória familiar, não só por não disporem de meios adequados, mas por não existir socialmente a ideia de que a sua vida familiar tem valor e por ao seu nível não existir uma luta por posições sociais que faça da sua narrativa familiar

um capital, ao contrário do que sucede entre os mais poderosos. Ao contrário dos anteriores, não se inserem em *casas*.

Memória e identidade – nações

O século presente tem sido o século do nacionalismo, bem visível nos conflitos sangrentos que o percorreram – entre os quais duas guerras mundiais – ou percorrem. Basta pensar, para nos restringirmos à Europa, nos confrontos que têm lugar nos Balcãs. Mas a importância do nacionalismo não se lê meramente nestes episódios trágicos. Estes ocorrem porque nos identificamos naturalmente – como sucedeu de modo tão explícito com os portugueses em 1998 – com colectivos que são as nações.

A importância destes fenómenos está na base da proliferação de estudos que os têm como objecto e de teorizações divididas *grosso modo* na actualidade entre as que apresentam a nação como um produto recente de transformações económicas (como a industrialização), políticas (as revoluções, americana e/ou francesa), culturais (a imprensa), ideológico-culturais (devido à acção dos movimentos nacionalistas e/ou do estado) e as que vêm na mesma um produto histórico anterior à modernidade (seja esta política ou económica). Não irá aqui falar-se destas teorizações, já discutidas pelo autor em outro local (Sobral 1997), mas sim referir meios e processos de construção da chamada *identidade nacional*. Como dissemos, trata-se de ver em que medida estes possuem elementos comuns aos de outros colectivos: as famílias de determinadas classes, como aquelas a que aludimos.

Um dos factores que levaram a estabelecer tal paralelismo é precisamente o facto de as nações serem pensadas – por doutrinadores e políticos – como famílias, ou seja, por se pretender que esses colectivos gozam dos atributos que se reconhecem nesses vínculos de parentesco (Smith 1991: 22, 78-79; Stern 1995: 114-115; Woolf 1996: 30-31).

Um dos autores que recentemente defenderam uma génese procesual da nação, Anthony Smith, definiu-a como “uma população humana identificada que partilha um território histórico, mitos comuns e memórias históricas, uma cultura pública comum e de massas, uma economia comum e direitos e deveres legais comuns para todos os seus membros” (Smith 1991: 14). Alertou para a ausência de congruência entre estado e nação (sobretudo no caso da Europa Ocidental até finais do século XVIII). Insistiu na importância que se devia conferir à comunidade étnica no processo da génese das nações. Os atributos da comunidade étnica são, nesta abordagem, em grande medida os mesmos que servem para identificar a nação: um nome próprio colectivo; um mito de ancestralidade comum; memórias

históricas partilhadas; um ou mais elementos diferenciadores próprios de uma cultura comum; uma associação com uma terra natal específica; um sentido de solidariedade para sectores significativos da população (Smith 1991: 21). Porém, para que uma etnia se transforme em nação – processo que nada tem de inevitável – será necessário que satisfaça outros critérios acima enunciados: que partilhe um território e uma economia comuns, uma mesma cultura de massas, esteja submetida a uma mesma ordem jurídica, etc. Por outras palavras, essa transformação depende da história dessa mesma etnia e nomeadamente do impacto do estado. Um outro autor, que recentemente pôs em causa a hipótese de uma origem moderna das nações – e nomeadamente a de que estas seriam uma criação dos nacionalismos –, Josep Llobera (1994), localizou na Idade Média o ponto de partida de emergência das nações (o seu estudo refere-se à Europa Ocidental).

Constituindo uma monarquia independente desde o século XII, Portugal é um dos estados mais antigos da Europa. No século XIX, num momento de particular intensidade da propaganda nacionalista, em que a convergência entre estado e nação era rara na Europa, não oferecia dúvidas aos grupos de literatos e políticos (os ideólogos do nacionalismo) a ideia de que Portugal constituía uma nação. Possuía um território, fronteiras estáveis, uma população que falava a mesma língua, sem minorias étnicas significativas – mouros e judeus haviam sido escorraçados ou integrados – e sobretudo persistira no tempo, devido nomeadamente ao contributo decisivo de um estado cuja força unificadora teve um papel crucial. O reino de Portugal sobrevivera à incorporação no império dos Áustrias de Espanha, e as tentativas de ocupação por parte do império napoleónico haviam desencadeado uma vasta insurreição popular em começos do século XIX. Havia diversas interpretações sobre a génese desta mesma nação, as comparações entre um passado reputadamente glorioso e um presente em declínio eram um tópico recorrente, mas a existência distintiva do colectivo era inquestionável.

Um historiador das ideias, Martim de Albuquerque, insistiu na emergência gradual de elementos constitutivos de um sentimento de nacionalidade no período medieval português. Destacou a importância da acção real na catalização de um sentimento de existência colectiva e na produção de factores identitários – a ligação entre príncipe, conjunto étnico e território. Assinalou a existência de um complexo emotivo associado ao *sangue* e à *terra*, frequentemente com contornos religiosos, encontrando-se já presente a ideia de *morte pela terra*, que permitiria alcançar a salvação eterna (transferência das ideias relativas à pátria celeste para a pátria terrena). A lenda de Ourique investe mesmo o País com uma dimensão de religiosidade (Albuquerque 1974: 113-114, 57-79).

Para o medievalista José Mattoso existem atributos de identidade nacional em finais do período medieval². Encontra-se já delimitado um território histórico que permite relacionar a oposição nacional/estrangeiro com um determinado espaço (Mattoso 1985: 194-195), o reino possui um nome, *Portugal*, há um nome étnico para os seus habitantes, *portugueses*, uma simbólica do poder – as quinas e os castelos –, uma língua própria distinta dos restantes vernáculos peninsulares. Por certo, trata-se de um processo gradual, em que dados político-militares – a Reconquista – se unem a factores económicos – lenta formação de um espaço económico – e à elaboração ideológica (de membros do clero). Para o historiador, a existência de uma *consciência nacional* é ainda algo de minoritário em princípios do século XIV, existente em núcleos próximos do poder (Mattoso 1985: 208-212).

Insisto no carácter processual da formação de todos estes vínculos de identidade e no facto de muitos deles não serem verosimilmente partilhados pela maioria da população³. Produto dos doutrinadores da época, que falavam uma linguagem especializada – e sobretudo que liam ou escreviam –, estariam muito distantes de uma população ainda maioritariamente iletrada já bem avançado o século actual. Porém, para compreendermos a difusão de vínculos de identidade nacional entre os subordinados, interessa avaliar a sua acção em momentos que implicavam a ruptura desses vínculos: a crise que se seguiu à morte do rei D. Fernando, a guerra contra a Espanha imperial a partir do êxito da conspiração nobre de 1640, os levantamentos contra os invasores franceses nos inícios de Oitocentos. A iniciativa ou o apoio popular desses movimentos e as formas violentas de que se revestiram, as dimensões xenófobas e a própria dimensão de religiosidade emprestada aos conflitos são testemunho da presença de um sentimento de identidade colectiva que pode ser designado como *nacional*.

Podemos analisar no caso português o aparecimento, ao longo do tempo, dos atributos enunciados por Smith. A juntar-se ao nome identificador, à língua, à religião – base da expulsão dos judeus no tempo de D. Manuel, bem como da identificação da expansão ultramarina com os desígnios da Providência –, o mito colectivo da ancestralidade lusitana dos portugueses aparece no século XV (Albuquerque 1974: 275-285), enquanto a exaltação de um destino nacional glorioso, ligado às Descobertas, se faz

² Mattoso distingue entre *identidade nacional* e *consciência nacional*. Pela primeira entende basicamente “a diferenciação do *regnum* como unidade política definida por um poder monárquico sobre um território delimitado e os seus habitantes” – a sua existência é clara, em seu entender, desde a primeira metade do século XIII. Por *consciência nacional* entende a partilha de um sistema de valores colectivos ligados à existência da nação – para ele, algo que diz respeito apenas a uma minoria (cf. Mattoso 1985: 211-212).

³ Mas, como refere Guy Hermet (no caso português como em outros), a carência de conhecimentos sobre os meios populares não justifica que pensemos que a sua *consciência* não ultrapassava a aldeia ou a vizinhança (cf. Guy Hermet 1996: 41).

sentir nos séculos XVI – basta pensar na recepção entusiástica feita aos *Lusíadas* – e XVII (Albuquerque 1974: 358-373). É de crer que havia memórias colectivas partilhadas e parece indubitável a difusão popular do mito sebástico. Existia então há muito uma ordenação jurídica comum e uma economia que, não obstante a importância dos quadros locais, nomeadamente no que diz respeito à importância do autoconsumo, tinham correspondência com o espaço político estatal.

A difusão dos nacionalismos a partir de Oitocentos veio operar sobre um fundo já existente, a nível socio-institucional e cultural. Servidos por novos meios de comunicação, como a imprensa de grande audiência, atingiram um público leitor alargado (os consumidores de jornais ou de publicações historiográficas), formaram cidadãos nacionais através do sistema escolar e, sobretudo, transformaram a problemática da nação – génese, história, originalidade – num motivo central da produção literária, historiográfica, política ou outra. Desde o momento (século XIX) em que a nação se transforma em fonte central de legitimação política no estado, assiste-se a uma verdadeira recriação nacional que não se limita ao escrito: elevam-se monumentos, desenvolve-se a defesa e reconstrução dos vestígios do passado. Promove-se a popularização dos temas nacionais/nacionalistas por via de publicações para um público mais alargado do que os consumidores de textos eruditos. A história é celebrada em cerimónias que evocavam grandes fastos do passado, simbolizados na acção de personagens – como Camões e Vasco da Gama, com a celebração dos centenários da morte do poeta e da chegada do navegador à Índia – ligadas a um período que ainda não deixou de ser evocado como o de máxima glória portuguesa: a expansão ultramarina.

Famílias e nações – analogias

Regressemos às famílias. De uma dada classe, de um mundo rural. Encontrámos nelas procedimentos de construção de identidade que passam pela elaboração de uma memória que inclui uma história das origens onde a efabulação tem lugar. Um membro de uma delas – por casamento –, por exemplo, procurava associar por via do parentesco a família da mulher, de morgados rurais e titulares recentes, à família da grande aristocracia que aqui se implantara no século XVI. Essa mesma pessoa referia a quinta senhorial adquirida no século XIX como estando na sua família há mais de 600 anos, o que acrescia igualmente o seu prestígio. Estas famílias têm estado ligadas a um território, vínculo que define a sua condição de proprietários e inscreve no espaço a sua posição social, e a um apelido ou apelidos transmitidos de geração em geração. Cultivam-se como colectivos de vivos e de mortos,

quer através da narrativa, quer pela perpetuação de objectos que funcionam como mementos da sua presença. Enterram-se em túmulos destinados a perpetuar, para lá dos indivíduos, a linha de continuidade familiar. Também possuem as suas cerimónias comemorativas – baptizados, casamentos, funerais, etc. Por certo, estes elementos de elaboração de memórias e identidades sociais nada têm de local. Foram apenas aqui salientados por terem sido objecto de uma observação directa. Outras aristocracias ou grupos terratenentes em outros tempos e lugares atestam a generalização destes procedimentos.

Como se disse, é recorrente a metáfora da família para descrever esse outro colectivo que é a nação. Para além do recurso à metáfora, ao nível da construção da identidade nacional pode, todavia, constatar-se a existência de processos análogos aos que operam no seio deste tipo de famílias. Produzem-se mitos de origem, como sucede em Portugal, desde o século XV, com a identificação dos portugueses com os lusitanos, e mesmo com a descendência de Túbal, neto de Noé (Albuquerque 1974: 274-285), e insere-se a existência do colectivo num passado, surgindo a antiguidade reivindicada como um penhor da existência presente, ou como garante de um direito a uma existência autónoma. Há ligação, em Portugal desde o período medieval, a um espaço, a *pátria* – com o sentido de *estado territorial nacional* –, ente sacralizado em defesa do qual é decoroso morrer (Albuquerque 1974: 64-67; 99-168). Há um nome próprio identificador. Presume-se existir uma linha de continuidade no tempo, que une os vivos e os mortos. Há exaltação e mesmo “sacralização” dos vínculos que unem os membros da nação. O *sangue* e o *solo* definem vínculos de pertença (Albuquerque 1974: 67-88, 113).

Famílias e nações – relações?

Referimos que na freguesia estudada se dava o nome de *casa* a uma entidade em que se associava uma continuidade familiar a um património (a propriedade, em termos não só económicos mas simbólicos). Casas, neste sentido – ou em sentidos afins ou próximos –, encontram-se no seio do campeonato proprietário e foram também as da aristocracia europeia. Aliás, a bibliografia sobre esses casos reporta-nos a tempos de apogeu do modelo em que a casa aparecia como entidade absolutamente subordinante, a quem os membros tudo deviam em termos de estatuto e de identidade, ao contrário dos que eu examinei, que correspondem, por motivos que não cabia neste contexto explicitar, a um momento claro de declínio.

Claude Lévi-Strauss, que se inspirou nomeadamente no modelo das casas nobres medievais europeias, viu na casa – “pessoa moral detentora de um domínio, que se perpetua pela transmissão do seu nome, da sua fortuna

e dos seus títulos em linha real ou fictícia...” (Lévi-Strauss 1984: 190) – um tipo específico de organização social, que se encontrava em diversas sociedades, letradas ou não (América do Norte, Indonésia, Polinésia, Melanésia, África). As sociedades assentes na casa constituiriam uma forma híbrida de organização social e de transição entre ordens sociais assentes no parentesco e ordens sociais assentes em classes (Carsten e Hugh-Jones 1995: 10; Lévi-Strauss 1979: 164-192 e 1984: 189-241). Não iremos desenvolver aqui a abordagem das posições de Lévi-Strauss, que aliás já tem sido feita (Carstens e Hugh-Jones 1995: 6-21). Basta termos em conta as suas observações mais genéricas sobre a importância social da casa, bem como a sua referência ao facto de a linguagem do parentesco servir para exprimir interesses políticos e económicos (Lévi-Strauss 1979: 191). Mas não só a linguagem do parentesco serve tais fins. O mesmo acontece, como já foi assinalado (Carstens e Hugh-Jones 1995: 19; Gudeman e Rivera 1990), com a da *casa*.

Ao percorrermos a bibliografia referente às nacionalidades ou ao nacionalismo, encontramos sistematicamente essas referências. O colectivo português, por exemplo, é pensado na linguagem do parentesco – o sangue – ou na de um solo que é posse de todos. Mas surge igualmente como *casa* (a casa de Portugal) – o que é genérico em outras formulações acerca de outros países (Albuquerque 1974: 88-90) –, noção que engloba precisamente o grupo de parentes próximos numa entidade portadora de direitos e de obrigações (nas *casas* nobres, mas não só, o sacrifício de filhos mais jovens e filhas em função do primogénito que as continuaria, por exemplo).

Ao longo do texto procurámos expor as similitudes existentes entre a produção das identidades de grupos familiares (de elites) e as existentes entre os colectivos pensados como nações. Uma abordagem necessariamente breve e para a qual seleccionámos essencialmente materiais provenientes da nossa pesquisa numa freguesia rural portuguesa e os disponíveis na bibliografia portuguesa sobre a problemática da identidade nacional. Encontrámos semelhanças nessa produção da identidade pela elaboração de narrativas de origem, fossem elas mitos de origens nacionais ou o que denominámos de narrativas familiares. Poderíamos, aliás, prolongar essa análise se comparássemos o papel das grandes personagens da vida familiar aos heróis nacionais. *Nestas* famílias e nas nações, a produção de identidades é a produção de memórias, que não se limitam à forma oral ou escrita, mas que passam pela inscrição num espaço: a residência e propriedade, por um lado, o “território nacional”, por outro. Um espaço que é, por isso, uma base da memória, um símbolo identitário, além de uma fonte de recursos. Compreende-se assim o relevo dado por estas famílias a um património que é (a) sua propriedade e de que a parte mais visível é a residência e a propriedade fundiária. Ou a importância dada pelos estados – que se querem identificar com(o) nações – ao seu *património nacional* (monumentos, artefactos, produtos

da acção passada dos seus cidadãos) e ao território, elemento fulcral da “territorialização da memória” (Smith 1996). Esta produção de identidades passa pela perpetuação da lembrança dos mortos; sepulturas em túmulos de família, num caso, em panteões nacionais – como os Jerónimos de certo modo o foram nas últimas décadas do século XIX – no outro. Do mesmo modo, as ocasiões de celebração ritualizada da identidade familiar não deixam de evocar os momentos de celebração e promoção da identidade nacional, como as diversas comemorações, entre as quais as das navegações portuguesas que começámos por evocar. Nas famílias e nas nações, a produção das identidades passa pela objectivação de um passado no presente, sujeito a invenções e adequações, mas destinado a aureolá-las com o prestígio que a antiguidade confere.

Por certo estas analogias têm limites e as nações não são famílias em ponto grande. Basta pensar que as últimas são colectivos que assentam no mínimo em alguma interacção face a face e que as primeiras unem gente socialmente distanciada – e dividida em classes com interesses distintos e muitas vezes antagónicos – e que se desconhece. A constatação das similitudes entre processos de construção de identidades suscita, no entanto, uma outra interrogação, que aqui se deixa como hipótese e que se prende com o carácter histórico – processual – da criação das identidades nacionais.

Nas abordagens processuais que têm sido feitas da formação das nações (na Europa Ocidental), tem-se apontado, como já se teve ocasião de dizer, o período medieval como um tempo fundamental dessa génese (Llobera 1994; Hastings 1997). Entre os vários factores destacados – acção da Igreja, etnicidade, desenvolvimento das línguas vernaculares... – tem-se chamado a atenção para a importância da acção do Estado. Se verificarmos que uma boa parte das nações da Europa Ocidental emergiu no contexto de unidades políticas monárquicas, formadas através da continuidade no cargo de membros de uma mesma família, e que os vínculos de lealdade supra-locais ou que transcendiam grupos se faziam em função da figura carismática do monarca, surgido de uma dada estirpe; se pensarmos que nessas monarquias (medievais) só tardiamente se operou uma diferenciação nítida entre público e privado (Mattoso 1985: 67) e a própria política estatal se confundia com a política matrimonial e sucessória da *casa real* – dito de outra maneira, com o seu modo de reprodução; se, como afirma Bourdieu, “os princípios fundamentais do estado dinástico [*grosso modo*, o Estado que se desenvolve na Baixa Idade Média] podem de algum modo deduzir-se do modelo da casa” (Bourdieu 1997: 56); se símbolos de identificação, como as armas do rei – as quinas e os castelos – se virão a projectar sobre a nação (Mattoso 1985: 200-201); se, como se aludiu, o idioma da casa pode constituir, como o da família, uma das formas de expressar interesses políticos e económicos; se constatamos a sua presença nos discursos sobre a identidade

nacional e se detectámos analogia entre produção da memória/identidade de certas famílias – as que têm *casa* – e da nação, então talvez valha a pena, dado o papel das casas reais na formação da nação, colocar a hipótese de ser o modelo da casa (deste tipo de *casa*) uma das fontes que a permitiram *imaginar*.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Martim de, 1974, *A Consciência Nacional Portuguesa*, Lisboa, ed. do autor.
- BOURDIEU, Pierre, 1997, “De la Maison du Roi à la Raison d’État”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 118, 55-68.
- CARSTEN, Janet, e Stephen HUGH-JONES, 1995, *About the House: Lévi-Strauss and Beyond*, Cambridge, Cambridge University Press.
- CONNERTON, Paul, 1989, *How Societies Remember*, Cambridge, Cambridge University Press.
- GILLIS, John R., 1994, *Commemorations. The Politics of National Identity*, Princeton, Princeton University Press.
- GUDEMAN, Stephen, e Alberto RIVERA, 1990, *Conversations in Colombia*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HALBWACHS, Maurice, 1994 [1925], *Les Cadres Sociaux de la Mémoire*, Paris, Albin Michel.
- , 1968 [1950], *La Mémoire Collective*, Paris, Presses Universitaires de France.
- HASTINGS, Adrian, 1997, *The Construction of Nationhood: Ethnicity, Religion and Nationalism*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HERMET, Guy, 1996, *Histoire des Nations et du Nationalisme en Europe*, Paris, Éditions du Seuil.
- LÉVI-STRAUSS, Claude, 1979, *La Voie des Masques*, Paris, Plon.
- , 1984, *Paroles Données*, Paris, Plon.
- LLOBERA, Josep R., 1994, *The God of Modernity: the Development of Nationalism in Western Europe*, Oxford, Berg.
- MATTOSO, José, 1985, *Identificação de um País: Ensaio sobre as Origens de Portugal 1096-1325, Vol. 2, Composição*, Lisboa, Editorial Estampa.
- MOSS, Georg L., 1975, *The Nationalization of the Masses: Political Symbolism and Mass Movements in Germany from the Napoleonic Wars through the Third Reich*, Ithaca e Londres, Cornell University Press.
- RADLEY, Alan, 1992, “Artefactos, Memoria y Sentido del Pasado”, MIDDLETON, David, e Derek EDWARDS (eds.), *Memoria Compartida: la Naturaleza Social del Recuerdo y del Olvido*, Barcelona, Ediciones Paidós, 63-76.
- SCHAMA, Simon, 1995, *Landscape and Memory*, Londres, HarperCollins.
- SMITH, Anthony D., 1991, *National Identity*, Harmondsworth, Penguin.
- , 1996, “The Politics of Ethnicity and Nationalism”, *International Affairs*, 72 (3), 445-458.
- SOBRAL, José Manuel, 1993, *Trajectos. Produção e Reprodução da Sociedade – Família, Propriedade, Estrutura Social numa Freguesia Rural da Beira (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, ISCTE (inédito).
- , 1996, “Nações e Nacionalismo: Algumas Teorias Recentes sobre a sua Génese e Persistência na Europa (Occidental) e o Caso português”, *Inforgo*, 11, 13-41.
- STERN, Paul C., 1995, “Why do People Sacrifice for their Nations”, COMAROFF, John L., e Paul C. STERN (eds.), *Perspectives on Nationalism and War*, Gordon and Breach.
- WOOLF, Stuart, 1996, “Introduction”, WOOLF, Stuart (ed.), *Nationalism in Europe 1815 to the Present*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

José Manuel Sobral

HOUSEHOLD AND NATION:
PAST, MEMORY, IDENTITY

This article briefly analyses some of the processes of the construction of identity, which imply the use of the past and memory in two different areas: the household, an entity defined by the relationship between family and patrimony, and the nation. After positing evidence of the analogies between the construction of identities in these two fields, the article puts forward the hypothesis, grounded on the history of the nation-state in Western Europe, that the household is one of the models that made the imagining of the nation possible.

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
jose.sobral@ics.ul.pt